

367 - POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E PAPÉIS DE GÊNERO: DESAFIOS PARA A MUDANÇA DE MODELOS DE PRODUÇÃO E CONSUMO

Emma Siliprandi¹

RESUMO

O artigo trata de como as políticas públicas da agricultura e alimentação excluem as mulheres urbanas e rurais, e de como os movimentos organizados buscam construir alternativas de inclusão, modificando os modelos de produção e consumo hoje existentes.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres - segurança alimentar - políticas públicas - produção agrícola - consumo alimentar - sustentabilidade - relações de gênero

Introdução

Nas políticas de segurança alimentar, é comum que as mulheres não sejam reconhecidas como produtoras de alimentos, seja na produção agrícola, seja na elaboração e preparo dos alimentos; portanto, acabem por não ter um papel ativo como sujeitos dessas políticas. Quando são reconhecidas, tende-se a vê-las apenas como um “instrumento” para se atingir a segurança alimentar das famílias. Isto ocorre também nas políticas de nutrição, saúde, e assistência social (programas de transferência de renda): as mulheres são escolhidas como titulares, para garantir que os recursos serão utilizados para a família (e não porque elas sejam portadora de direitos de cidadania). Neste artigo, será abordado: (i) de que forma têm se manifestado a exclusão das mulheres nas políticas em questão ; (ii) como políticas inclusivas com relação às mulheres poderiam contribuir para a construção de modelos (de produção e consumo) mais sustentáveis; (iii) o que vêm sendo proposto e realizado pelos movimentos de mulheres, urbanas e rurais, a esse respeito.

Invisíveis na agricultura

Estudos sobre a agricultura, em diferentes culturas, mostram que as mulheres tendem a ser pouco valorizadas como produtoras de alimentos². Em muitos casos, elas são as responsáveis pelo sustento alimentar das famílias, pela manutenção da biodiversidade, pela preservação das águas e dos bosques, mas mesmo assim não são protagonistas de programas de apoio à agricultura. As políticas de reforma agrária, crédito e assistência técnica ainda tem os “chefes de família” (“homens”) como beneficiários. Algumas instituições, entretanto, começam a enfatizar a necessidade de colocar recursos nas mãos das mulheres, para melhorar as condições de produção dos produtos agrícolas de subsistência; e a necessidade de melhorar a sua educação, o seu acesso a informações nutricionais e de saúde, como uma forma de melhorar sua própria

¹ emmasili@uol.com.br; Emma.Siliprandi@planalto.gov.br

nutrição, das crianças e demais membros da família, e o seu poder de decisão dentro da comunidade e da família. Um exemplo é a metodologia adotada pelo FIDA, da FAO³, que parte da necessidade de considerar que “as mulheres desempenham um papel fundamental no que respeita à capacidade da família de conseguir alimentos suficientes de maneira regular e sustentável”, assim como reconhecer “as funções diferentes, porém complementares, que homens e mulheres desempenham nas atividades produtivas que formam a base da economia familiar”. Entre os pobres, reconhece-se que as mulheres e as crianças são os grupos mais afetados pela desnutrição (pela distribuição desigual de alimentos dentro da família, e pelo excesso de trabalho que, usualmente, recai sobre as mulheres). As propostas do FIDA, diferentemente da maioria, focam as mulheres como indivíduos, e não apenas como "ponte" para chegar a outras pessoas. Vêem como necessário fortalecer as estratégias de sobrevivência que as mulheres consolidaram ao longo do tempo, como resultado de adaptações ao ambiente econômico, ecológico, social e cultural; assim como defendem a necessidade de aumentar os recursos financeiros controlados por elas, como forma de aumentar a sua autonomia.

Quisumbing e Meizen-Dick (2001), do IFPRI/CGIAR, reforçam a idéia de que a mudança nas relações de gênero é uma condição para o desenvolvimento rural sustentável, do qual faz parte a garantia de segurança alimentar. Mostram que as mulheres desempenham múltiplos papéis: produtoras de alimentos, administradoras dos recursos naturais, angariadoras de receitas, e zeladoras da alimentação doméstica e da segurança nutricional das pessoas. Colocam ênfase na necessidade de “empoderar” as mulheres, através de ações em diversas áreas, visto como condição para a mudança nas relações familiares, e não o contrário. Propõem mudanças tanto nas políticas públicas, como nos arcabouços legais que regem a propriedade de bens, para evitar que as mulheres dependam das suas relações com os homens (pais, maridos, irmãos, filhos) para ter acesso a esses bens. Suas propostas dirigem-se a várias áreas: acesso aos bens naturais (água, terra, matas, rebanhos), ao capital físico (casas, construções, infra-estrutura), ao capital financeiro, a tecnologias adaptadas às necessidades, e voltadas para diminuir a carga de trabalho das mulheres, à formação profissional, à educação, aos serviços de saúde, ao trabalho remunerado e à plena participação social.

No campo da saúde e nutrição

O papel que usualmente cabe às mulheres, nestes campos, é o de guardiã do bem estar dos demais membros da família. É dentro dessa perspectiva, por exemplo, que se dá ênfase às melhorias na educação das meninas como um fator determinante da diminuição da desnutrição infantil a longo prazo. As mulheres são vistas como fundamentais nos processos de combate às carências alimentares, tanto como gestantes (na prevenção dos problemas pré-parto) como pela

² Ver, por exemplo, SHIVA (1991) e (1993).

³ Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola. Esta metodologia segue, em linhas gerais, o método ASEG (Análise Sócio-Econômica de Gênero) desenvolvido pela própria FAO (ver <http://www.fao.org.br>).

condição de “alimentadoras” das crianças e das famílias em geral (incluindo a questão do aleitamento materno). É raro encontrar-se políticas que enfoquem diretamente as mulheres como indivíduos, sem ser nestas condições (como gestantes e/ou nutrizes). Um exemplo positivo, neste sentido, é a Rede APM. Em sua proposta de política sobre alimentação, nutrição e políticas públicas, como parte de um processo de pensar o século XXI (Le Bihan, 2001), é reivindicado melhorias na condição das mulheres como tomadoras de decisão, a sua presença efetiva nas instâncias de poder (em nível local, nacional e internacional), bem como a adoção de medidas concretas que lhes permitam acessar maiores rendas pessoais, para mudar o quadro de insegurança nutricional que elas vivem.

Nos movimentos sociais

Como aponta Miriam Nobre (2002), o poder público não consegue, em geral, romper com a divisão sexual do trabalho e com o lugar de mãe e esposa que foi naturalizado ao longo do tempo, como sendo das mulheres. Da mesma forma, por parte dos movimentos sociais, ainda não se consegue vislumbrar plenamente uma outra forma de pensar as relações entre os gêneros e como isto poderia provocar mudanças nos modelos de produção e consumo da alimentação. Ao mesmo tempo, as políticas públicas ignoram as experiências construídas pelas mulheres ao exercer sua responsabilidade pela alimentação: elas nem saem do seu papel tradicional, nem aparecem na cena pública como sujeitos de políticas que as afetam diretamente em seu cotidiano. A autora lembra, por exemplo, o papel que os movimentos de donas de casa e de consumidores (onde a maioria são mulheres) têm cumprido, no questionamento dos custos e da qualidade da alimentação consumida nas grandes cidades no Brasil (por exemplo, na questão dos transgênicos), e a pouca importância com que são tratados, tanto pelos movimentos políticos mais consolidados, como pelas instâncias públicas em geral.

Movimentos Internacionais

Nestas instâncias, a relação entre mulheres e segurança alimentar e sustentabilidade vem ganhando algum espaço, graças, principalmente, à organização das mulheres camponesas e indígenas articuladas na Via Campesina, que, desde 1996, vêm se posicionando no debate sobre Soberania Alimentar. Esta organização defende os direitos das mulheres, como produtoras e mantenedoras de um modelo de alimentação respeitador dos costumes locais, do meio ambiente, e com qualidade nutricional. Suas posições sobre a OMC, soberania alimentar e gênero, apontam para a necessidade de que as mulheres participem em igualdade de condições, nas instâncias onde se definem essas políticas⁴.

⁴ Esta participação foi bem expressiva em fóruns como o Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar (Cuba, 2001); Fórum das Organizações não Governamentais e da Sociedade Civil, paralelo à Cúpula Mundial da Alimentação - Roma +5 (2002); e muitos outros. Documentos a respeito podem ser encontrados em <http://www.viacampesina.org.Br>.

Experiências locais

Na vida prática cotidiana, mulheres vêm se organizando em vários países para interferir sobre as políticas de segurança alimentar, como já foi colocado acima, e também estão à frente de projetos locais de abastecimento, buscando melhorar o acesso das pessoas aos alimentos, e se opõem, mesmo que em pequena escala, ao sistema agro-alimentar dominante, buscando modificar a relação consumidores/ produtos/ produtores. Muitas vezes, as mulheres são as protagonistas nas lutas relacionadas com a alimentação: para a redução de preço dos produtos básicos; para políticas de subsídios para as populações pobres; pelas melhorias na qualidade da alimentação, em especial com relação ao consumo de produtos limpos. Projetos deste tipo têm sido relatados tanto em países desenvolvidos, como do Terceiro Mundo, e mostram como a ação pessoal e local pode ter efeitos políticos, à medida que modifica a relação das pessoas (e em especial, das mulheres) com a vida pública, e com as instâncias de poder⁵.

CONCLUSÕES

Debbie Field (1999) defende que qualquer esforço massivo para fazer as políticas alimentares mudarem será certamente importante para as mulheres, desde que as envolva como protagonistas, e isto por várias razões:

- mulheres são, de fato, mais vulneráveis à insegurança alimentar, porque elas têm maior probabilidade de serem pobres. Existem dados, bastante conhecidos, sobre o aumento no número de mulheres chefes de família, e sobre como a renda das mulheres é menor do que a dos homens; a renda das famílias chefiadas por mulheres também é menor do que as demais, em todo o mundo;
- mulheres freqüentemente fazem da alimentação dos filhos uma prioridade, inclusive colocando a si mesmas em risco de fome e desnutrição, se for o caso. Quando o alimento é insuficiente, é preciso apoiar ainda mais as mulheres a obterem renda ou alimentos, para assegurar a manutenção da família;
- no nível pessoal e familiar, as mulheres ainda mantêm a responsabilidade de preparo das refeições sobre os seus ombros, mesmo nos casos em que elas e os homens trabalham fora de casa.

Agregaria a estes fatores, a questão das mulheres agricultoras, e como a sua exclusão das políticas de desenvolvimento rural significa a perda de conhecimentos do manejo da biodiversidade, em muitos ecossistemas.

Portanto, políticas de segurança alimentar voltadas para as mulheres podem reduzir a sua vulnerabilidade à insegurança alimentar, e o estresse em que elas vivem, pela responsabilidade de ter que obter e preparar a comida. Fazer os alimentos básicos serem acessíveis para as mulheres e socializar certos aspectos da preparação das refeições (através de restaurantes nas escolas, creches, centros de convivência, locais de trabalho) reduz a pressão que boa parte delas

vivem pela sobrevivência diária. Apoiar as demandas das mulheres por alimentos limpos (e baratos, fáceis de obter e preparar) é, por outro lado, um ganho para toda a humanidade.

Harriet Friedmann (2002) nos lembra que é possível construir alternativas aos padrões globais de produção e comercialização de alimentos através de estratégias locais, tais como os grupos de compras conscientes, feiras de agricultores, iniciativas de comércio justo, e tantas outras experiências de grupos que, preocupados com a segurança alimentar, a degradação do meio ambiente, os direitos trabalhistas, as mulheres e a saúde, estão se articulando para propor novos conjuntos de regras para a produção e distribuição de alimentos, mais justas e democráticas. Permanecem dúvidas, no entanto, sobre até que ponto esses grupos são capazes de questionar o modelo agro-alimentar dominante, e realmente modificar a forma como a sociedade como um todo vê a construção de um outro sistema, efetivamente sustentável, e o papel e a responsabilidade que caberá às mulheres neste novo sistema.

LITERATURA CITADA

BARNDT, Deborah (Org). Women working the NAFTA food chain: women, food and globalization. Toronto: Second Stories Press, 1999.

FIDA - Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola. Seguridad Alimentaria de la Familia y Género: guía de consulta para el diseño de programas y proyectos. Roma, 1999.

FIELD, Debbie. Putting food first. In: BARNDT, Deborah (Org). Women working the NAFTA food chain: women, food and globalization. Toronto: Second Stories Press, 1999.

FRIEDMANN, Harriet. Refazendo "tradições": mudanças na economia política da alimentação. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Orgs.) SOF Sempre Viva Organização Feminista: economia feminista. São Paulo: SOF, 2002.

LE BIHAN, Genevieve; DELPEUCH, Francis; MAIRE, Bernard. Alimentación, nutrición y políticas públicas. Montpellier: Fondation Charles Léopold Mayer pour le Progrès de l'Homme, Red Agriculturas Campesinas, sociedades y globalización (APM), 2001.

NOBRE, Miriam. As mulheres e as políticas de combate à fome. Folha Feminista, SOF, São Paulo, n. 29, p. 3. nov. 2001.

QUIMSUMBING, Agnes; MEINZEN-DICK, Ruth S. Empowering women to achieve food security. Washington: International Food Policy Research Institute, 2001.

SHIVA, Vandana. Abrazar la vida: mujer, ecología y supervivencia. Montevideo: Instituto del Tercer Mundo, 1991.

Shiva, Vandana. Monocultivos y biotecnología (amenazas a la biodiversidad y la supervivencia del planeta). Montevideo: Instituto del Tercer Mundo, 1993.

⁵ Ver, a este respeito, experiências relatadas em BARNDT (1999).